

Revista
Latino-americana de

Geografia e Gênero

Volume 11, número 1 (2020)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Gênero e Política: A (Sub)Representação das Mulheres nas Eleições de 2008, 2012 e 2016 nos Municípios de Médio e Grande Porte no Brasil

*Género y Política: La (Sub)Representación de Mujeres
en las Elecciones de 2008, 2012 y 2016 en Ciudades
Medianas y Grandes en Brasil*

*Gender and Politics: The (Sub)Representation of
Women in the Elections of 2008, 2012 and 2016 in
Medium and Large-Sized Municipalities in Brazil*

Adriana Aurea Mota Bueno

Universidade Federal do Paraná - Brasil
adriana.a.bueno@gmail.com

Ivan Jairo Junckes

Universidade Federal do Paraná - Brasil
ivanjairojunckes@gmail.com

Rodrigo Rossi Horochovski

Universidade Federal do Paraná - Brasil
rodrigo33@gmail.com

Augusto Júnior Clemente

Universidade Federal do Paraná - Brasil
augustoclemente@ymail.com

Como citar este artigo:

BUENO, Adriana A. M.; JUNCKES, Ivan J.; HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; CLEMENTE, Augusto J.. Gênero e Política: A (Sub)Representação das Mulheres nas Eleições de 2008, 2012 e 2016 nos Municípios de Médio e Grande Porte no Brasil. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 11, n. 1, p. 35 - 59, 2020. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Gênero e Política: A (Sub)Representação das Mulheres nas Eleições de 2008, 2012 e 2016 nos Municípios de Médio e Grande Porte no Brasil

Género y Política: La (Sub)Representación de Mujeres en las Elecciones de 2008, 2012 y 2016 en Ciudades Medianas y Grandes en Brasil

Gender and Politics: The (Sub)Representation of Women in the Elections of 2008, 2012 and 2016 in Medium and Large-Sized Municipalities in Brazil

Resumo

A desigualdade de gênero afeta diretamente a vida das mulheres que historicamente têm sido marginalizadas em vários campos da vida na sociedade, sendo um deles os espaços de poder decisório. O presente estudo analisa os fatores explicativos para a sub-representação das mulheres na política brasileira, tendo o financiamento eleitoral como um dos principais fatores. Os dados utilizados têm origem no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nos repositórios de candidatura e prestação de contas sobre as eleições municipais para vereadores nos anos de 2008, 2012 e 2016, em 441 municípios com mais de 50.000 eleitores. Para o tratamento e análise dos dados utilizou-se análises estatísticas descritivas e inferenciais com o auxílio de planilhas e o software Jamovi. Os resultados são consistentes e contribuem especialmente com as discussões para o enfrentamento da marginalização da mulher na política.

Palavras-Chave: Eleições Municipais; Vereadores; Mulheres; Política; Financiamento Eleitoral.

Resumen

La desigualdad de género afecta directamente la vida de las mujeres que históricamente han sido marginadas en varios campos de la vida en la sociedad, uno de los cuales es el espacio para el poder de decisión. El presente estudio analiza los factores explicativos de la subrepresentación de las mujeres en la política brasileña, con el financiamiento electoral como uno de los principales factores. Los datos utilizados provienen del Tribunal Superior Electoral (TSE) y de los repositorios de candidaturas y rendición de cuentas sobre elecciones municipales para concejales en los años 2008, 2012 y 2016, en 441 municipios con más de 50,000 votantes. Para el tratamiento y análisis de los datos, se utilizaron análisis estadísticos descriptivos e inferenciales con la ayuda de hojas de cálculo y el software Jamovi. Los resultados son consistentes y contribuyen especialmente a las discusiones para enfrentar la marginación de las mujeres en la política.

Palabras-Clave: Elecciones municipales; Concejales; Mujer; Política; Financiamiento Electoral.

**Adriana Aurea Mota Bueno, Ivan Jairo Junckes,
Rodrigo Rossi Horochovski, Augusto Júnior Clemente**



Abstract

Gender inequality directly affects the lives of women who historically have been marginalized in various fields of life in society, among them the spaces of decision-making power. The present study analyzes the explanatory factors for the under-representation of women in Brazilian politics, with electoral financing as one of the main factors. The data used come from the Superior Electoral Court (TSE), taken from the candidacy and accountability repositories on municipal elections for councilors in the years 2008, 2012 and 2016, in 441 municipalities with more than 50,000 voters. For the treatment and analysis of the data, descriptive and inferential statistical analyzes were used with the aid of spreadsheets and the Jamovi software. The results are consistent and contribute especially to the discussions on how to face the marginalization of women in politics.

Keywords: Municipal Elections; Councilors; Women; Politics; Electoral Financing.

Introdução

Uma das transformações civilizatórias ocorridas ao longo do século XX foi o reconhecimento da mulher como sujeito político, com direito a participação em espaços de representação social. Todavia, a sub-representação feminina na política ainda se mantém como um entrave ao aprimoramento da democracia no mundo. No final do século, a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher e a VI Conferência da Mulher na China, organizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1995, reforçaram os esforços para a adoção de ações afirmativas que ampliem a presença de mulheres em processos políticos eleitorais, especialmente necessárias nos países com maior população.

O Brasil ocupava, em 2017, a 167^a posição entre 186 países no ranking mundial de participação das mulheres no executivo. Em relação às cadeiras no parlamento, o país ocupa a 154^a posição, com poucos 10,7% de mulheres na Câmara dos Deputados. Em 2019 houve uma melhora, tendo alcançado a 134^a posição no ranking dos parlamentos (www.ipu.org), mas ainda em uma posição muito distante das nações mais bem colocadas neste ranking.

Embora sejam mais da metade do eleitorado, os dados utilizados para a presente investigação demonstram que, nas eleições municipais de 2008, 2012 e 2016, as mulheres constituíram apenas um terço das candidaturas (23,5%, 30,4% e 31,2%, respectivamente). Entre os eleitos, elas alcançaram pouco mais de um décimo, sendo precisamente 10,4%, 10,4% e 11% nos respectivos pleitos. Por que e como isso ocorre? Que fatores explicam esse fenômeno?

As pesquisas que se debruçam sobre o tema da participação de gênero na política têm apontado para uma persistente marginalização das mulheres nas eleições e várias hipóteses têm sido levantadas conjugando fatores sociais, econômicos, históricos, culturais e institucionais. Os estudos convergem para o alerta crítico de que a desigualdade da participação de gênero é um grande problema para a democracia.

Como um sistema de direitos, a democracia é dependente do direito de participar das formas de governar a vida moderna. Entretanto, autores (AVELAR, 2001; MIGUEL; QUEIROZ, 2006; PERISSINOTO *et al.*, 2007; ARAÚJO, 2011; BOLOGNESI; PERISSINOTTO; CODATO, 2016,

Adriana Aurea Mota Bueno, Ivan Jairo Junckes,
Rodrigo Rossi Horochovski, Augusto Júnior Clemente

DUFLOTH *et al.*, 2018) vêm demonstrando que a política tem sido capturada por brancos, do sexo masculino, com experiência na política, ricos e muito mais instruídos do que o conjunto da população. Não há como garantir que os direitos sejam cumpridos com a participação, mas a exclusão garante que os interesses dos não participantes serão gravemente feridos (DAHL, 2001).

Tentando minimizar a desigualdade historicamente acumulada, foram criadas políticas afirmativas como a Lei nº 9.504/97 (Lei das cotas), que, no Art. 10, § 3º, estabelece que o mínimo de 30% e o máximo de 70% devem ser destinados a candidatos de cada sexo. No entanto, a maioria dos partidos tem-se utilizado das candidaturas femininas apenas para cumprir o mínimo estabelecido por lei, sem um interesse efetivo em suas candidaturas. Os partidos frequentemente negligenciam medidas necessárias para a viabilidade das candidaturas femininas, além de adotarem medidas que consolidam uma acentuada desigualdade de financiamento entre candidatos homens e mulheres (SACCHET e SPECK, 2010; SILVA, 2016).

A viabilidade de candidaturas e o desempenho eleitoral apresentam relação direta com a quantidade de recursos financeiros investidos em campanha, ou seja, dinheiro e voto têm sido “parceiros íntimos” na produção do sucesso eleitoral. Quanto mais o candidato mobiliza investimentos, mais chances tem de viabilizar sua candidatura e de se eleger, sendo que o inverso também ocorre: quanto menos recursos, as chances diminuem significativamente (CARLOMAGNO; CODATO, 2018; DESCHAMPS, 2019; JUNCKES *et al.*, 2019). Nas eleições de 2010 e 2014, o financiamento esteve concentrado em poucas empresas que financiaram quase a totalidade dos eleitos, distribuindo assimetricamente seus recursos entre as candidaturas, com forte prejuízo para as candidatas mulheres (JUNCKES *et al.*, 2015; SILVA *et al.*, 2017).

Em 2015, as doações empresariais foram proibidas e as eleições municipais de 2016 foram realizadas sem esta fonte de recursos. Questões importantes para a política eleitoral derivam desta mudança, por exemplo: quais os impactos de tal proibição sobre a relação entre dinheiro e voto? Há indicativos de que as mulheres tenham sido favorecidas por uma possível redução da influência do poder econômico empresarial sobre as eleições? Quais fatores influenciam na (fraca) arrecadação de recursos, no desempenho e no sucesso eleitoral das mulheres?

Para responder a tais questionamentos e contribuir com as discussões acerca da sub-representação de metade da população brasileira na produção de políticas públicas, bem como com a ampliação dos estudos sobre as eleições municipais no Brasil, foram realizados esforços inovadores de pesquisa. Isso decorre do fato de que os estudos no Brasil e na América Latina tendem a focar mais os legislativos nacionais, sendo que, quando abordam a dinâmica municipal, em sua maioria focam em um único pleito, com limitada abrangência temática e espacial (SAMPAIO; FIGUEIREDO FILHO, 2019).

Este artigo apresenta resultados de uma investigação sobre o financiamento eleitoral e a participação política das mulheres ao cargo de vereador nas eleições de 2008, 2012 e 2016 em 441 municípios com mais de 50.000 eleitores. A hipótese principal de trabalho é que, em todos os pleitos, o recurso financeiro exerceu influência determinante para o êxito eleitoral e que ele foi assimetricamente distribuído em detrimento das mulheres.

**Adriana Aurea Mota Bueno, Ivan Jairo Junckes,
Rodrigo Rossi Horochovski, Augusto Júnior Clemente**



Os dados têm origem no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e foram tratados e analisados com recursos de planilha de dados e softwares como Jamovi, sendo este utilizado para a exploração descritiva, para as análises de correlação entre recursos arrecadados e votação, sucesso eleitoral e demais atributos dos candidatos, e para as análises de regressão linear e logística. Os resultados, especialmente aqueles obtidos com regressão múltipla, permitem contribuir para os estudos existentes, evidenciando as desigualdades que envolvem a questão de gênero e as condições de participação das mulheres na política e o desenvolvimento do país¹.

O texto que segue está dividido em quatro outros tópicos além desta introdução. No primeiro tópico abordam-se os limites da democracia liberal e o contexto histórico das conquistas das mulheres como sujeito político, além de possíveis explicações para a sub-representação das mulheres na política. No tópico seguinte detalha-se a apresentação da metodologia para o alcance dos resultados e, no terceiro tópico, apresentam-se os resultados da pesquisa, seguido das conclusões.

Do espaço privado ao voto: séculos de desafios às mulheres

A sub-representação das mulheres na política tem sido estudada e debatida tanto na esfera pública quanto no âmbito acadêmico sob diversos aspectos. Os questionamentos sobre os papéis definidos, a divisão sexual do trabalho e as atribuições de homens e de mulheres se combinam com as mudanças e permanências políticas, sociais e econômicas ao longo da história.

A entrada da mulher na arena política, com o direito ao voto em fins do século XIX e ao longo do XX, não foi suficiente para colocá-las em pé de igualdade com os homens. Persistem concepções que resistiram às revoluções do século XVIII e estiveram inscritas na Declaração da Independência dos Estados Unidos (1776) e na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1792). Nelas, a noção de ‘homens’ não foi sinônimo de ‘humanos’ ou mesmo de ‘todos’. Uma ampla maioria de negros e mulheres foi excetuada – os primeiros tidos como propriedade de seus senhores e as últimas, de seus maridos.

A literatura feminista que se defronta com as desigualdades de gênero tem como marco o ano de 1792, quando Mary Wollstonecraft denunciava o caráter excludente da Constituição Francesa, apontando os prejuízos da não inclusão das mulheres como cidadãs, condenadas a vida doméstica, sem acesso aos direitos básicos, em especial à educação, o que as tornava dependentes dos homens, pais, maridos ou irmãos (MORAES, 2015). Mais tarde, em 1869, John Stuart Mill, um dos próceres do liberalismo denunciou a subordinação de um sexo a outro como um dos principais obstáculos para o desenvolvimento humano. Certamente influenciado por sua esposa, Harriet Taylor, escritora e defensora dos direitos das mulheres, Mill (2006) discutia algo que o movimento feminista contemporâneo (PATEMAN, 1996; PHILLIPS, 2011; SCOTT, 2005) continua afirmando, que os espaços público e privado estão interconectados e que a participação plena e igual das mulheres na vida pública

1 A base de dados e as tabelas com resultados da pesquisa estão disponíveis em <https://www.kaggle.com/datarepository/genero-e-politica>.



depende de mudanças na organização da vida doméstica e familiar.

Pateman (1996) já chamara a atenção para o fato de que as tradições políticas da modernidade raramente buscaram colocar a mulher em pé de igualdade com os homens: “Rousseau e Hegel excluíram explicitamente as mulheres desse esforço [de romper com o patriarcalismo], confinando esses seres politicamente perigosos às trevas do mundo natural da família; Marx também não conseguiu se livrar – nem ele nem sua filosofia – de suposições patriarcais” (PATEMAN, 1996, p. 22) (tradução livre).

A redistribuição das tarefas e responsabilidades domésticas de modo a igualar o trabalho de homens e mulheres se tornou um imperativo da democracia, uma vez que a divisão doméstica do trabalho influencia diretamente as possibilidades de envolvimento político (PHILLIPS, 2011). O discurso da diferença instituiu espaços assimetricamente destinados a cada sexo e promoveu a normalidade da não cidadania das mulheres, que foram retidas no espaço privado e vistas como sujeitos passivos, desprovidas de tempo e confiança para poder interferir na coisa pública (SCOTT, 2005).

Concentrando-se na influência de três tipos de recursos necessários à participação política em geral – tempo livre, rede de contatos e dinheiro – Miguel e Biroli (2010) ressaltam a contribuição da vertente estruturalista para este tema. Os autores argumentam que, dentre os recursos supracitados, a pedra angular de constrangimento para a participação das mulheres é o tempo livre, capturado no espaço privado pelas responsabilidades domésticas e cuidado com os filhos (MIGUEL; BIROLI, 2010). O tempo vivido fora do espaço doméstico possibilita aos homens acumular o capital relacional necessário para obter um recurso elementar para a projeção no mundo político-eleitoral contemporâneo: o dinheiro para o financiamento eleitoral.

No que tange aos países com passado colonial, como o Brasil, a formação social esteve baseada ainda mais fortemente no poder patriarcal. O espaço público esteve reservado durante séculos à minoria de homens brancos proprietários ou letrados. Às mulheres brancas, estava reservado o confinamento ao espaço doméstico para o cuidado com a casa, filhos e marido, além de tarefas como fiação, tecelagem, rendas e bordados. Eventualmente, algumas meninas podiam romper com este destino mediante outro confinamento, o religioso. Para aquelas que desafiassem estas regras restava a perseguição moral e a prostituição. A maioria dos demais humanos, indígenas ou negros e negras, esteve submetida ao extermínio ou à escravidão (TELES, 1999).

Sob essas condições, muitas mulheres lutaram por espaços de participação política, tendo conquistado, ainda que isoladamente, o direito ao voto em 1928 na cidade de Mossoró (RN). Na esteira da industrialização e da consequente necessidade de inserção da força de trabalho feminina no mercado, o voto feminino foi implantado no país em 1932. Todavia o voto, assim como a candidatura, era um direito para os alfabetizados e o censo demográfico de 1940 registrou mais da metade da população geral como iletrada, sendo a situação ainda pior para as mulheres, pois apenas uma a cada três era minimamente alfabetizada (TELES, 1999). Apenas em novembro de 1985 os iletrados puderam exercer o direito ao voto. Ao longo das décadas, entre 1933 e 2018, a participação das mulheres na Câmara dos Deputados passou de uma

para 77 cadeiras, ou 0,4% para 15%, respectivamente. Passados 85 anos, apesar do inegável avanço, apenas uma de cada sete cadeiras desta casa legislativa é ocupada por uma mulher. Considerando-se as Câmaras de vereadores dos 5.570 municípios brasileiros, essa participação atingiu apenas 11% em 2016.

Ao fazer extensa revisão de literatura sobre financiamento eleitoral, Mancuso (2015) mostra o consenso científico sobre a elevada correlação entre dinheiro, desempenho e sucesso eleitoral no Brasil, fato que afeta negativamente a probabilidade de as mulheres se elegerem em relação aos homens. Embora existam vários fatores que contribuem para o baixo desempenho eleitoral das mulheres, é no financiamento eleitoral que o desequilíbrio entre os candidatos cria um tipo específico de legislador, que exclui aqueles com baixo capital financeiro ou com menos acesso a rede de financiadores - logo, consequências lesivas para a agenda política e para as políticas públicas não são inesperadas (SACCHET; SPECK, 2010).

Ao investigar as eleições entre 1994 e 2014, Speck (2016) evidencia a concentração do financiamento empresarial em alguns poucos candidatos visando maximizar o desempenho eleitoral. Apenas 100 empresas concentravam 57% dos recursos doados, estabelecendo a imagem da democracia brasileira como plutocracia. Fenômeno semelhante é revelado por Horochovski *et al* (2016) ao estudar a estrutura de financiamento das eleições de 2010. Apenas 0,2% dos 251.665 doadores e/ou receptores de recursos financeiros legais ocuparam posições de forte influência na rede de financiamento, tendo financiado diretamente 81% dos 1.651 eleitos em 2010. A dinâmica se repete com uma concentração ainda mais acentuada em 2014 (JUNCKES *et al*, 2019).

Nessa mesma linha, há estudos (SILVA; CERVI, 2017) que mostram as diferenças entre as formas de arrecadação de candidatos não competitivos e competitivos: os primeiros são dependentes dos (poucos) repasses dos partidos, os demais estiveram (bem) financiados por empresas em 2010 e pelos partidos em 2014 – sendo que os recursos partidários são em ampla medida repasses de doações empresariais recebidas pelos partidos endereçadas aos candidatos mais competitivos.

Questionando os motivos pelos quais as mulheres têm de 20% a 30% menos chances que os homens de se elegerem, Sacchet e Speck (2010) destacam que as candidaturas femininas recebem menos apoio de seus partidos e da iniciativa privada. A título de exemplo, nas eleições de 2006, as candidaturas de mulheres a deputado estadual representaram 12,1% do total de candidatos e arrecadação, em torno de 7,1% dos recursos (SACCHET; SPECK, 2010), o que denota como o financiamento acentua a sub-representação.

A forte assimetria de gênero na distribuição de financiamento de candidaturas opera sempre em detrimento das mulheres. Embora as mulheres sejam um terço das candidaturas totais, recebem somente um quinto dos recursos de financiamento para se tornar um décimo entre os eleitos. Nas eleições de 2010 e 2014, estar em posições centrais na rede de financiamento aumentou em 207 vezes as chances de ser eleito, entretanto só é possível encontrar uma mulher entre cada dez homens mais centrais e influentes na rede (JUNCKES *et al.*, 2015; SILVA *et al.*, 2017). A questão é que existe um caráter

utilitarista da motivação para a doação: doa-se para aqueles que têm mais chances de ganhar. Importa, assim, a “experiência política, reeleição, capital social, acesso às redes estratégicas” (SACCHET; SPECK, 2010, p. 4).

O ponto a chamar a atenção é que candidatos com mais capital político recebem mais doações. As chances de vencer a eleição, por exemplo, de um deputado federal que já ocupava um mandato são de 59,9%. Já aqueles que não integram a Câmara tem chances reduzidas para 7,9% (SACCHET; SPECK, 2010). No caso das mulheres esta é uma situação ainda mais desfavorável. Elas ficam desfavorecidas tanto entre os candidatos que não tiveram mandato anterior, quanto dentre aqueles que concorreram à reeleição. O sub-financiamento de suas candidaturas alcança média acima de 50%, sendo que em, 12 unidades federativas, as candidatas recebem menos da metade do que deveriam receber. As mulheres se concentram nos grupos com menor arrecadação e menos votos, estando entre os 20% de candidatos com arrecadação mais baixa, dos quais mais da metade pertence ao grupo com menor votação.

A concentração de investimento em determinados grupos sociais está relacionada com as ocupações de origem dos competidores, ou seja, a hierarquia política também depende da hierarquia social, que pode ser medida pelas diferentes profissões. Nesse sentido, a divisão social do trabalho possui um corte de gênero que favorece as candidaturas masculinas e acentua as desigualdades entre homens e mulheres a cada eleição (CARLOMAGNO; CODATO, 2018).

A sub-representação das mulheres na política é influenciada também pela forma como os partidos encaram a presença feminina nos espaços de decisão. Foram necessárias políticas afirmativas para que fosse garantido o mínimo de 30% da presença das mulheres nas listas de registro de candidatura. Embora se tenham alguns outros esforços garantidos por lei para que haja maior participação da mulher, eles não têm sido suficientes para garantir uma democracia paritária. A maioria dos partidos cumpre o mínimo estabelecido por lei (30%) sem que sejam desenvolvidas políticas efetivas de apoio às mulheres candidatas, mormente relativas às exigências documentais para a aptidão da candidatura e ao financiamento eleitoral (BOLOGNESI, 2012; SACCHET, 2018).

Peixoto e Silva (2018), em uma pesquisa sobre a representação política das mulheres nas eleições municipais no ano de 2016, evidenciaram que poucos são os casos de mulheres puxadoras de voto. Elas situam-se majoritariamente no “rabo” das listas partidárias, apontando para a engenharia institucional, em que os partidos têm apenas a obrigação de inserirem as mulheres na competição, de forma desinteressada em distribuir oportunidades efetivas e recursos financeiros.

Determinantes para o sucesso eleitoral desde 1994, as doações empresariais foram proibidas a partir do pleito de 2016. A Lei 13.165/2015 modificou as regras do financiamento eleitoral com o objetivo declarado de tornar a competição eleitoral mais justa. A partir de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), interposta pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Supremo Tribunal Federal tornou inconstitucional o financiamento empresarial, mantendo legais apenas as doações de pessoas físicas ou de

financiamento coletivo, recursos dos próprios candidatos e dos fundos partidários ou eleitorais. O julgamento da ADI teve como momento chave o voto do ministro-relator Luiz Fux, que atendia integralmente aos argumentos para tornar a disputa política menos desigual, considerando que o sucesso eleitoral estava fortemente relacionado a campanhas caras, tornando a política dependente do valor econômico.

Após a proibição do financiamento empresarial, questionou-se quais os outros meios que os partidos utilizariam, ou seja, quais as fontes eles explorariam. As discussões indicavam saídas via a ampliação das doações empresariais ilegais, a luta pelo controle da distribuição dos recursos no interior das direções partidárias e a exploração legal das fontes de fortunas pessoais por meio de doações de pessoas físicas ou de recursos próprios dos candidatos (SPECK, 2016). Em todas essas vias, entretanto, as mulheres parecem não encontrar grande alento para ampliar a sua presença entre legisladores e mandatários do executivo no país.

Importante ressaltar que as desigualdades do financiamento eleitoral não foram exclusividade das empresas doadoras e os partidos políticos foram os que distribuíram os recursos de forma mais desequilibrada. Além disso, o autofinanciamento também influenciou no maior desempenho eleitoral, agravando as distorções das condições de disputa (SILVA, 2016).

Embora os estudos sobre financiamento eleitoral tenham se avolumado nas últimas duas décadas, ainda estão bastante focados nas esferas nacionais, especialmente no cargo de presidente e deputado federal (MANCUSO, 2015; CARLOMAGNO; CODATO, 2018). A política subnacional e suas diferenças regionais ainda é pouco explorada. Há escassez de estudos na esfera da política local, sendo necessária a ampliação de uma agenda de pesquisa que incorpore variáveis como o dinheiro e voto (SAMPAIO; FIGUEIREDO FILHO, 2019).

Exceção é o estudo de Deschamps (2019), que pesquisou 317.107 candidatas em 441 municípios nas eleições de 2008, 2012 e 2016. Ele identifica forte correlação entre receitas e desempenho eleitoral nos três pleitos, sendo que, em pelo 93% dos municípios, nenhum dos eleitos fazia parte do quartil de menor financiamento eleitoral. Em contrapartida, 90% dos eleitos compõem o quartil com maior receita, os quais apresentam 380 vezes mais chances de serem eleitos. O autor mostra que, embora as eleições de 2016 tenham envolvido um volume menor de recursos, a correlação entre dinheiro e voto ficou ainda mais forte que nas eleições anteriores. Apesar de o voto ter sido mais ‘barato’, ele foi mais acessível àqueles candidatos que dispunham de mais dinheiro.

A proibição do financiamento empresarial talvez não implique grandes mudanças para as mulheres, por já se encontrarem em situação de “esquecidas” pelos financiadores. Partindo da análise de Silva (2016), é provável que aquelas que já tenham carreira política ou que tenham poder de se autofinanciar consigam garantir seu espaço nesse cenário, não trazendo mudanças para o quadro atual de exclusão e marginalização da participação da mulher na política. Visando a contribuir com o aprimoramento dessas questões realizou-se uma extensa e inédita investigação cujos materiais e métodos são descritos a seguir.

Materiais e Métodos

Para a presente pesquisa, questionou-se inicialmente se o fim do financiamento empresarial, vigente nas eleições de 2016, provocou alguma mudança na relação entre o (pouco) dinheiro e o (pouco) voto e a sub-representação das mulheres. Adicionalmente, realizaram-se explorações estatísticas para identificar quais fatores contribuem para a arrecadação de recursos, para a votação recebida e para o sucesso eleitoral. A hipótese principal de trabalho foi que o recurso financeiro continuou assimetricamente distribuído em detrimento das mulheres, tendo exercido influência determinante para o êxito eleitoral.

A natureza dessa pesquisa é quanti-qualitativa, opção que busca comparar e contrastar dados estatísticos com dados qualitativos obtidos simultaneamente (CRESWELL; CLARK, 2007). O estudo se desdobrou em três etapas: a fase exploratória; a pesquisa bibliográfica e documental; e o tratamento do material documental, que envolve a coleta, o tratamento, a testagem e a análise dos dados.

Para responder à pergunta, testar e discutir a hipótese, definiram-se as eleições de 2008, 2012 e 2016 como o recorte temporal e limitou-se a abrangência espacial aos 441 municípios com mais de 50.000 eleitores, sendo 349 municípios de porte médio-grande e 92 municípios de porte grande. A seleção dos municípios para o estudo foi orientada pelos estudos de Speck e Mancuso (2013), Carlomagno (2015), Speck e Cervi (2016) e Sampaio e Figueiredo Filho (2019). Em 2016 estes municípios concentravam 61% da população residente estimada no país, ou 123.927.389², e 59% dos eleitores, ou 85.387.248. Representavam nas eleições de 2008, 2012 e 2016, na devida ordem, 58%, 57% e 50% do total de receitas de campanha, e 24%, 28% e 29% do total de candidatos ao cargo de vereador.

A magnitude dos distritos e a amplitude dos valores e do número de votos recebidos pelos candidatos foram normalizados. Para a variável independente receita total dos candidatos³ trabalhou-se com um índice de participação do candidato no total de receitas do município, que indica quanto um candidato recebeu de financiamento em relação ao total recebido por todos os candidatos no mesmo município, buscando a posição do candidato dentro de cada distrito, o que se denominou de PCRM, sendo calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{PCRM} = \frac{\text{R Candidato}}{\text{R Município}}$$

Onde 'R Candidato' é igual ao total de receitas do candidato e 'R Município' é igual ao total de receitas dos candidatos no distrito/ município.

2 De acordo com <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>.

3 Os valores de receitas de campanha das duas primeiras eleições foram atualizados para outubro de 2016 pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) obtido no endereço eletrônico:

“<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>”..

Gênero e Política: A (Sub)Representação das Mulheres nas Eleições de 2008, 2012 e 2016 nos Municípios de Médio e Grande Porte no Brasil

Para a variável dependente votação do candidato, utilizada para medir o desempenho eleitoral, trabalhou-se com dados relativos, referentes à participação do candidato no total de votos do município (PCVM). Para a obtenção desses dados, aplicou-se a seguinte fórmula:

$$PCVM = \frac{V \text{ Candidato}}{V \text{ Município}}$$

Onde 'V Candidato' é igual ao total de votos do candidato e 'V Município' é igual ao total de votos dos candidatos no distrito/município.

A distribuição das variáveis que fazem parte deste estudo, referentes às candidaturas aptas, pode ser visualizada na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição das variáveis qualitativas e quantitativas do estudo das candidaturas aptas nas eleições 2008, 2012 e 2016 com municípios acima de 50.000 eleitores

	2008		2012		2016	
	N	%	N	%	N	%
Sexo						
Masculino	60718	76,5	78997	69,6	85435	68,8
Feminino	18702	23,5	34491	30,4	38764	31,2
Estado civil						
Solteiro	20641	26	34299	30,2	40842	32,9
Casado	48268	60,8	64662	57	67663	54,5
Separado, div., viúvo	10511	13,2	14527	12,8	15694	12,6
Grau de Instrução						
Fundamental	19988	25,2	28309	24,9	28356	22,8
Médio	30912	38,9	47828	42,1	54143	43,6
Superior	28520	35,9	37351	32,9	41700	33,6
Ocupação						
Não especializado	2766	3,5	5234	4,6	5756	4,6
Especializado fundamental	26740	33,7	36604	32,3	39320	31,7
Especializado médio	23620	29,7	36601	32,3	40966	33
Especializado superior	26294	33,1	35049	30,9	38157	30,7
Carreira política						
Não político de carreira	76804	96,7	110579	97,4	120367	96,9
Político de carreira	2616	3,3	2909	2,6	3832	3,1
Desafiante	74996	94,4	109193	96,2	118336	95,3
Incumbente	4424	5,6	4295	3,8	5863	4,7
Resultado da eleição						
Não eleito	73752	92,9	106064	93,5	116634	93,9
Eleito	5668	7,1	7424	6,5	7565	6,1
Quartil de receita						
1° quartil	176	177	176	177	176	177
2° quartil	25	30	25	30	25	30
3° quartil	176	177	176	177	16	17
4° quartil	25	30	25	30	25	30

Adriana Aurea Mota Bueno, Ivan Jairo Junckes,
Rodrigo Rossi Horochovski, Augusto Júnior Clemente



Quartil dos votos						
1º quartil	25	30	25	30	25	30
2º quartil	176	177	176	177	176	17
3º quartil	25	30	25	30	25	30
4º quartil	176	177	176	177	176	17

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Os dados utilizados têm origem no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e passaram por depuração, tabulação e organização no Grupo de Estudos Territoriais (GETE), da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), e no Laboratório de Análise de Redes (LAR), da Universidade Federal do Paraná (UFPR/Setor Litoral). O banco de dados utilizado foi composto de 79.420 candidaturas aptas em 2008, 113.488 em 2012 e 124.199 em 2016.⁴

Para os procedimentos de processamento e análise dos dados utilizaram-se recursos de estatística descritiva e inferencial, de modo a verificar a correlação entre o dinheiro investido em campanhas e os votos recebidos pelas candidatas ao cargo de vereadora nas eleições municipais ocorridas nos anos de 2008, 2012 e 2016, tendo sido realizada análise multivariada para investigar quais atributos (tais como escolaridade, idade, estado civil, carreira política, incumbência) estão associados e a sua influência na arrecadação de recursos financeiros pelas candidatas ao cargo de vereador nas eleições municipais ocorridas nos anos de 2008, 2012 e 2016.

Foram utilizadas planilhas eletrônicas e o software Jamovi para a estatística descritiva de médias, medianas, desvio padrão, contagens e porcentagens, de acordo com a categorização das variáveis. Adicionalmente foram realizados testes de comparação de médias (Teste T), testes de associação Qui-Quadrado (quartis e tabelas de contingência) ou teste não paramétrico de Wilcoxon-Mann-Whitney, para identificar diferenças entre grupos, além do teste Kruskal-Wallis, para comparações múltiplas das variáveis quantitativas em relação ao ano da eleição e os quartis de receita dos candidatos. Além das análises mencionadas, foram aplicados testes de correlação e regressão linear para as variáveis quantitativas e regressão logística para variáveis categóricas, para identificar padrões de predição de valores a partir das variáveis explicativas.

Resultados

A apresentação e discussão dos resultados inicia-se com a análise do diferencial entre as candidaturas registradas e aquelas que efetivamente participam do pleito eleitoral, pois seria um equívoco manter na amostra para fins de verificação de desempenho e sucesso eleitoral aquelas candidaturas que sequer chegaram às urnas. Nos demais tópicos são analisadas aquelas candidaturas que efetivamente estiveram dispostas ao voto. Para tal, foram realizados diversos testes para verificar tanto a correlação entre dinheiro e desempenho eleitoral e entre dinheiro e sucesso eleitoral, assim como para identificar os fatores explicativos das diferenças entre sexos em ambos os fenômenos.

⁴ Pode ser acessado para testes, refutação ou novos estudos em <https://www.kaggle.com/datarepository/genero-e-politica>.

Inaptas: a porta de entrada para as eleições é mais estreita para as mulheres

Todas as candidaturas são registradas pelo partido político junto aos tribunais eleitorais e são, então, consideradas deferidas ou indeferidas (aceitas ou não pelo tribunal). As candidaturas deferidas são analisadas para verificar se não há pendências judiciais, se cumprem com as formalidades documentais e se não há solicitações de impugnação. Caso tudo esteja correto e, principalmente, se não ocorrer renúncia por parte da candidata, a candidatura é considerada apta e poderá constar na urna para receber voto do eleitor. Uma em cada dez mulheres tem sua candidatura inapta entre o registro da candidatura e a urna, enquanto entre os homens a “baixa” é de um a cada quinze. O objetivo deste primeiro tratamento dos dados é analisar minimamente a participação relativa das mulheres entre as candidaturas tornadas inaptas pelos tribunais eleitorais, ou seja, aquelas que “naufragam” logo após o registro. A Tabela 2 apresenta a situação das candidaturas por sexo nas três eleições selecionadas para a pesquisa.

Tabela 2 - Situação das candidaturas a vereador nos municípios com mais de 50 mil eleitores nas eleições de 2008, 2012 e 2016

		Total	Aptas		Inaptas	
		N	N	%	N	%
2008	Feminino	20.492	18.702	91,3	1.790	8,7
	Masculino	64.999	60.718	93,4	4.281	6,6
2012	Feminino	39.408	34.491	87,5	4.917	12,5
	Masculino	85.496	78.997	92,4	6.499	7,6
2016	Feminino	42.498	38.764	91,2	3.734	8,8
	Masculino	90.337	85.435	94,6	4.902	5,4

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em todos as eleições, as mulheres apresentam maior participação de candidaturas consideradas inaptas e o teste qui-quadrado para “sexo dos candidatos” e “candidaturas aptas ou não” confirma que as diferenças de percentuais são significativas (p -valor < 0,001).

Buscando-se explicar a maior participação das mulheres entre as candidaturas inaptas, foram testadas quatro variáveis envolvendo homens e mulheres com candidaturas tornadas inaptas: instrução, ocupação, financiamento e capital político. Os resultados revelam que as mulheres são mais afetadas pela inaptidão de suas candidaturas e tendem a apresentar grau de instrução menor, ocupação não especializada ou baixa especialização, escassos recursos de campanha, condição de desafiantes ou sem carreira política.

A ampliação da escolarização das mulheres e a consequente especialização do trabalho e ampliação do capital relacional parecem ser medidas com considerável potencial para que as mulheres sejam vistas, e assumidas, pelas direções partidárias como candidaturas a serem apoiadas com recursos financeiros e documentais para que, pelo menos, não renunciem ou não sejam

Adriana Aurea Mota Bueno, Ivan Jairo Junckes,
Rodrigo Rossi Horochovski, Augusto Júnior Clemente

tornadas inaptas por “falhas” burocráticas. A redistribuição das responsabilidades domésticas entre homens e mulheres, igualando o tempo de ambos para a educação e para a política, pode ser fator decisivo para a redução da primeira barreira que as mulheres enfrentam na busca da representação política.

Dinheiro e voto: para as mulheres, uma relação pela metade

Os recursos financeiros declarados em uma campanha apresentam uma correlação positiva e forte com o número de votos obtidos por uma candidatura. Dinheiro e desempenho eleitoral são fatores diretamente associados, o que é estatisticamente demonstrado em vários estudos (CERVI, 2009; FIGUEIREDO FILHO *et al.*, 2014; DESCHAMPS, 2019), sendo a relação de dependência entre eles temporalmente evidente quando observado apenas um pleito, pois arrecada-se antes da votação. O efeito do bom desempenho em uma eleição sobre o potencial arrecadatório para uma próxima disputa é objeto de diversos estudos, restando evidente que candidaturas com maior potencial eleitoral, ou capital político, recebem mais recursos (SILVA; CERVI, 2017; MANCUSO; HOROCHOVSKI; CAMARGO, 2018). Investiga-se a seguir se há correlação entre dinheiro e desempenho em votos nas eleições de 2008, 2012 e 2016 e se este relacionamento apresenta diferenças relativas ao sexo do candidato.

Testou-se inicialmente a força da correlação e o grau de determinação entre as variáveis receita declarada e votos recebidos por cada uma das candidaturas aptas em cada eleição nos 441 municípios. Os resultados, tanto com valores absolutos quanto relativos (PCRM x PCVM) das receitas podem ser verificados na Tabela 3.

Tabela 3: Análise de correlação entre votos e receitas por ano eleitoral (valores absolutos)

Eleição	N Cand.	Receitas (R\$ 1,00)	Receita X Voto		PCRM x PCVM	
			R	R ²	R	R ²
2008	79.420	871.500.638	0,7416	0,55%	0,6766	0,46%
2012	113.488	1.280.946.380	0,7312	0,53%	0,6661	0,44%
2016	124.199	713.610.098	0,6192	0,38%	0,6977	0,49

Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O coeficiente de correlação de Pearson indica em todos os anos uma correlação forte entre o financiamento eleitoral e o total de votos recebido, o p-valor foi sempre menor que 0,001 atestando que a correlação é estatisticamente significativa.

Quando se analisam os valores absolutos, percebe-se que no ano de 2016 houve uma variação no coeficiente de correlação, o que poderia ter alguma influência da proibição do financiamento empresarial. No entanto, ao se analisarem os valores relativos, essa variação ocorre de maneira diversa e, em 2016, ocorre uma pequena elevação. Isso ocorreu em razão de um candidato apresentar dados muito destoantes entre números de votos recebidos e receitas declaradas, conforme descrito por Deschamps (2019, p. 49). Ao realizar um

Adriana Aurea Mota Bueno, Ivan Jairo Junckes,
Rodrigo Rossi Horochovski, Augusto Júnior Clemente

Gênero e Política: A (Sub)Representação das Mulheres nas Eleições de 2008, 2012 e 2016 nos Municípios de Médio e Grande Porte no Brasil

ensaio retirando o referido candidato, com intuito de verificar se houve influência dos seus dados no resultado, o autor obteve um coeficiente de correlação 0,70, elevado e forte.

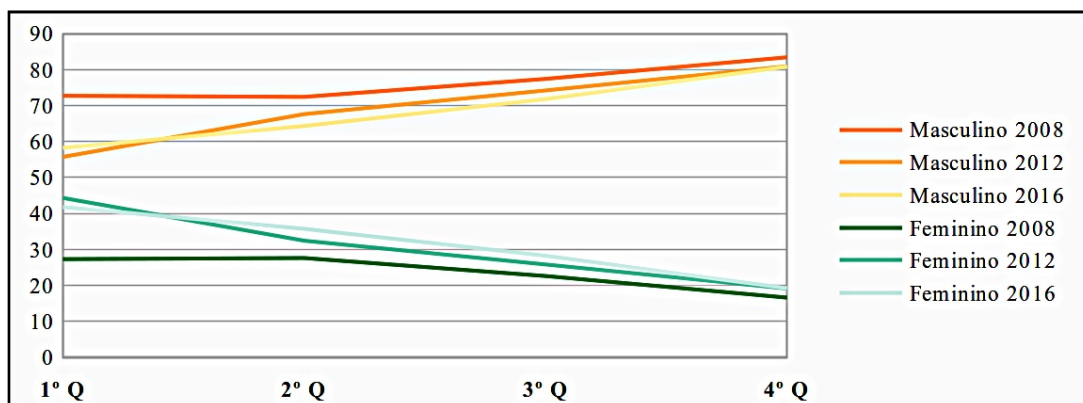
Para saber se a influência do dinheiro foi menor em 2016, e, portanto, se as condições do candidato se tornaram menos desiguais após a mudança da legislação em 2015, realizou-se análise de regressão comparando os três ciclos eleitorais utilizando-se os valores relativos (PCRM x PCVM). Com todos os p-valor menores que 0,001, os resultados revelam que a influência das receitas apresentou leve aumento em 2016. Foi uma eleição que envolveu um volume total de recursos menor, pois sem o financiamento empresarial ela foi “mais barata”. Entretanto, aqueles candidatos que dispuseram de mais dinheiro, obtiveram ainda mais votos.

Constatada a correlação forte e determinante entre dinheiro e desempenho eleitoral, tornou-se necessário testar se essa relação apresenta diferenças entre os sexos dos candidatos. Com p-valor menor que 0,001, os valores do coeficiente b, do coeficiente de Pearson e do R² foram assemelhados em todos os anos e sexos. O dinheiro demonstrou ser tão importante para candidaturas masculinas quanto para as femininas.

A relação entre receita e desempenho eleitoral é forte, e assim o é em ambos os sexos. Tanto homens quanto mulheres dependeram de dinheiro para alcançar uma boa votação nas eleições de 2008, 2012 e 2016. Pergunta-se então: há diferença entre os totais de receitas declarados por homens e por mulheres? Pois, se houver, essas diferenças contêm forte potencial explicativo para a sub-representação das mulheres na política. Para esse fim, foram realizados testes ‘t’ para as médias. Com p-valor sempre menor que 0,001, os resultados são conclusivos para afirmar que a média de receita das mulheres em todos os anos é quase 50% menor que a dos homens.

A segmentação da composição por sexo dos candidatos em quartis de receita é bastante ilustrativa das diferenças de média apuradas, conforme pode ser verificado no Gráfico 1. Em todos os anos, a presença de homens aumenta de acordo com a maior concentração de renda nos quartis, eles constituem mais de 80% do quartil de maior receita (Q4). Com as mulheres ocorre o inverso, elas estão concentradas nos quartis mais baixos de receitas.

Gráfico 1 - Participação por sexo nos quartis de receita de campanha 2008, 2012 e 2016



Fonte: Elaborado pelos autores com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

**Adriana Aurea Mota Bueno, Ivan Jairo Junckes,
Rodrigo Rossi Horochovski, Augusto Júnior Clemente**

Visto que a força explicativa da correlação entre receita e o voto é semelhante entre as mulheres que entre os homens, pode-se inferir que mulheres receberam relativamente menos votos que os homens porque tiveram menos receitas. Ante esta conclusão, seria leviano imaginar que o simples incremento de recursos financeiros para as candidatas as colocaria em melhores condições de desempenho. Tanto quanto pode ser válido pensar que a simples alocação de recursos não reverteria o quadro de sub-representação das mulheres, também valida-se, a partir dos dados apresentados, afirmar que a persistência de mulheres entre aqueles candidatos que recebem as menores médias de recursos as condena ao grupo que recebe menos votos, e, portanto, com menores condições de figurar entre os eleitos, os quais são o objeto de investigação relatado no próximo tópico.

Sucesso eleitoral: as mulheres também chegam lá, mas na mesma medida de suas receitas

No tópico anterior demonstrou-se que mais receita implica mais votos, favorecendo especialmente os homens que por acumularem mais recursos obtém melhor desempenho eleitoral. Todavia nem sempre os mais votados são os eleitos. A primeira questão a ser respondida é, portanto, se os eleitos apresentam receitas superiores aos não eleitos. O teste de comparação de médias (teste t) revelou que as diferenças entre as receitas de eleitos e não eleitos são estatisticamente significativas. Os dados mostram que nas três eleições os eleitos apresentaram médias de receitas quase oito vezes a mais que os não eleitos. Os eleitos apresentam maiores receitas, sendo válido o seu contrário.

Dado que os homens apresentam maiores receitas, testou-se se homens apresentam sucesso eleitoral superior ao das mulheres nos pleitos pesquisados. Para tanto, realizou-se o teste qui-quadrado para as diferenças entre eleitos e não eleitos por sexo, buscando verificar a distribuição do sucesso eleitoral entre ambos. Com o p-valor menor que 0,001, os resultados demonstram que os homens obtiveram um sucesso eleitoral oito vezes superior ao das mulheres em todos os pleitos pesquisados. Mesmo que o número de candidatas seja menor do que candidatos, ainda assim há menos mulheres entre os eleitos do que seria estatisticamente esperado.

A partir dos resultados se estabelece uma questão: uma receita maior poderia implicar maior sucesso eleitoral das mulheres? Para verificar a relação entre receita e sucesso eleitoral aplicou-se o teste de associação (qui-quadrado) incluindo apenas os eleitos dos quartis superiores da distribuição das receitas por sexo, que é onde se concentram as maiores médias de receita e a absoluta maioria dos eleitos. O teste revelou não haver associação (valor de $p > 0,05$) entre a condição de ser eleito nesse quartil e o sexo dos candidatos, portanto é possível afirmar que as mulheres fazem corresponder receita a sucesso eleitoral, tanto quanto os homens. Indicativamente, se elas tivessem mais receitas teriam mais sucesso eleitoral, sem qualquer desconsideração com outras variáveis que contribuem para a explicação da sub-representação das mulheres na política. Os dados corroboram a literatura (SILVA, *et al.*, 2017; CARLOMAGNO e CODATO, 2018), de modo que quando as mulheres

**Adriana Aurea Mota Bueno, Ivan Jairo Junckes,
Rodrigo Rossi Horochovski, Augusto Júnior Clemente**

conseguem ter acesso a uma rede de financiamento não há diferença nos patamares de financiamento eleitoral entre homens e mulheres.

Evidenciou-se que a receita foi um fator determinante para o desempenho e para o sucesso, tanto nas eleições de 2008 e 2012 quanto nas eleições de 2016, já em plena proibição do financiamento empresarial. Embora as mulheres apresentem médias de receitas e sucesso eleitoral reduzido em relação aos homens, elas o fazem na mesma proporção que dispõem de receitas. Portanto, pergunta-se: quais atributos dos candidatos influenciam na maior ou menor arrecadação de receitas, no desempenho e no sucesso eleitoral? Esta questão será discutida no próximo tópico.

Quais os principais ingredientes da receita, do desempenho e do sucesso?

Mulheres e homens adentram a arena política com especificidades que necessitam ser analisadas para que seja possível compreender a disputa pelo voto, podendo-se destacar as características sociodemográficas, tais como idade, estado civil, nível de instrução, classe social, dentre outras. Identificar fatores que influenciam na arrecadação de receitas, no desempenho e no sucesso eleitoral possibilita a indicação de políticas públicas que ampliem a participação das mulheres na política eleitoral. Com este objetivo, foram realizadas análises de regressão simples e múltipla, logística e linear, cujos resultados são apresentados a seguir.⁵

Sendo a receita a variável mais significativa, ela foi utilizada como variável dependente nos modelos de regressão linear simples para identificar o quanto cada característica dos candidatos influencia em suas receitas recebidas. Nas eleições de 2008, quanto maior a idade, grau de instrução e nível de ocupação, maior o valor de receita destinado aos candidatos. Ser incumbente e político de carreira também gera um aumento de receita esperada para o candidato. Em 2012, todas as regressões em relação à receita foram significativas, ter mais alto nível de escolaridade e ocupação, ser incumbente ou ser político de carreira são as situações que mais colaboram com o aumento da receita do candidato. Em 2016, todos os modelos apresentaram significância estatística, as variáveis com melhores coeficientes de determinação foram 'ser incumbente' e ser 'político de carreira'. Em todos os anos, a variável ser mulher implica elevado coeficiente de redução da receita quando comparada com a variável ser homem.

O desempenho eleitoral, ou a quantidade de votos, foi assumida como variável dependente em outra análise de regressão linear simples. Como preditoras estiveram as demais já exploradas nos testes anteriores, sendo as qualitativas tornadas dummies.

Em 2008, todas as regressões apresentaram significância estatística, porém com baixos coeficientes de explicação dos modelos (R^2). O fator que mais explica a quantidade de votos foi a receita, capaz de explicar sozinha 55% da variabilidade da quantidade de votos recebidos. Destaca-se que, para as

5 Todos os dados e tabelas estão disponíveis no repositório <https://www.kaggle.com/datarepository/genero-e-politica>.



mulheres, e apenas por esta característica, espera-se uma redução de 178 votos em relação aos homens. Para políticos de carreira e incumbentes, se espera, respectivamente, 2.560 e 2.228 votos a mais em relação às demais variáveis. Em 2012, no que se refere à quantidade de votos, todas as regressões foram significativas, com destaque para o grau de instrução. Para um candidato com ensino superior espera-se em torno de 445 mais votos quando comparados com os candidatos de baixa escolaridade. Assim como na eleição anterior, dentre todas as variáveis, a que mais explica a quantidade de votos é a receita, com 56% da variabilidade da quantidade de votos explicada apenas por ela, espera-se que a cada cinquenta reais a mais investidos gere um aumento de um voto. Para o ano 2016, todas as variáveis apresentaram significância estatística, a variável receita foi novamente a com maior capacidade de explicar a quantidade de votos, com um coeficiente de determinação de 38,05%. Segundo a interpretação do coeficiente, a cada uma unidade monetária a mais investida em receita espera-se um aumento 0,05 unidades de voto, ou seja, cada vinte reais a mais gera um voto. Portanto, em 2016 cada unidade de dinheiro produziu 2,5 vezes a mais votos que em 2012. Em princípio, parece favorável à equidade que quem tenha menos dinheiro obtenha mais votos. Todavia, dada a elevada correlação entre as variáveis, a mesma relação favorece aqueles quem tem mais dinheiro, pois proporciona fazer mais votos na medida de seu incremento de recursos.

Para testar variáveis do sucesso eleitoral foi realizada uma análise de regressão logística simples, com uma variável explicativa para uma variável dependente, e outra análise ajustada. Na primeira, em todas eleições, os resultados indicam que ser mulher diminui a probabilidade de ser eleito, em 2008 houve uma diminuição das chances em quase 40%. Para os anos seguintes, a condição de ser mulher piorou as chances de eleição, elas tiveram metade das chances de um homem, evidência já esperada. Dos fatores que aumentaram a probabilidade de eleição, destaca-se que a receita afeta sobremaneira o resultado das eleições, os candidatos enquadrados no quartil mais alto de receita em 2008 apresentaram 184 vezes mais chances, em 2012, 200 vezes, e em 2016, 193 vezes mais chances de serem eleitos em relação aos concorrentes do quartil inferior de receita.

Seguido da receita, ser político de carreira ou incumbente foram características que elevaram muito a probabilidade de ser eleito. Em 2008 ser político de carreira gerou um aumento de 18 vezes nas chances de sucesso em relação aos candidatos inexperientes, em 2012 e 2016 gerou um aumento de 20 vezes. Os candidatos incumbentes, em 2008, tiveram quase 26 vezes mais chances em relação aos desafiantes e, em 2012 e 2016, 30 vezes. Fatores como a ocupação e o grau de instrução também elevaram as chances de eleição em relação a níveis menores de escolaridade e ocupação.

Na análise de regressão logística ajustada realizada com as variáveis selecionadas (independentes) e o sucesso nas três eleições, os testes de avaliação do modelo não foram totalmente satisfatórios. Mas destaca-se que no modelo ajustado, se mantiveram os padrões, ou seja, quanto maior a receita, maior a probabilidade de ser eleito, ser incumbente e político de carreira também aumenta a chance de ser eleito, ao mesmo tempo que ser mulher diminui a probabilidade de ser eleito.

**Adriana Aurea Mota Bueno, Ivan Jairo Junckes,
Rodrigo Rossi Horochovski, Augusto Júnior Clemente**

Na análise do modelo múltiplo, foram utilizadas as mesmas variáveis assumidas na análise de regressão linear simples, buscando sinalizar quais as características, quando analisadas juntas, melhor explicam a receita dos candidatos.

Em 2008, no modelo múltiplo, apenas a variável ‘ocupação’ foi excluída como fator de confusão. Apesar da baixa capacidade de explicação do modelo, os padrões dos coeficientes foram os mesmos, evidenciando novamente que ser político incumbente e ter carreira política geram maior aumento no valor da receita. Em 2012, o modelo múltiplo só não apresentou significância estatística para a variável ‘idade’, indicando que pertencer ao sexo feminino diminui o valor da receita, assim como ter níveis de ocupação mais baixos. Para as eleições de 2016, a variável ‘idade’ foi excluída do modelo que então indicou as variáveis ocupação, ser incumbente e ser político de carreira como as que mais colaboram para valores mais altos da receita dos candidatos.

Diante dos resultados das análises de regressão linear simples, em relação aos votos, evidenciou-se em todos os ciclos eleitorais que a variável receita foi a que teve maior capacidade de explicação do modelo, seguida de político de carreira e ser incumbente. O fato de ser mulher diminui a quantidade de votos em todos os ciclos eleitorais e níveis altos de escolaridade e ocupação também geraram mais votos para os candidatos.

Quando se analisaram as receitas, igualmente os candidatos incumbentes e com carreira política receberam mais receitas, seguidos dos candidatos com grau de instrução e níveis de ocupação superiores. Igualmente, o fato de ser mulher, diminui as receitas das candidatas. Em 2008, o grau de instrução que recebeu mais votos e receitas foi o médio, já nos anos seguintes ocorreu uma exigência maior, com os candidatos de escolaridade superior tendo melhor desempenho em ambos os indicadores. O modelo de regressão múltipla também apontou que fazer parte do conjunto de candidatos incumbentes e com carreiras políticas gera maiores receitas. Ou seja, nesse modelo, os padrões seguiram os mesmos. Nas análises de regressão logística, em 2012 e 2016 se mantiveram os padrões, pertencer ao quartil das maiores receitas, ser incumbente e político de carreira, aumenta a probabilidade de ser eleito, ao mesmo tempo em que ser mulher diminuem as chances de eleição.

Conclusão

A proposta geral deste trabalho foi investigar a influência do dinheiro sobre a sub-representação das mulheres nas eleições municipais de 2008, 2012 e 2016, incluindo a investigação dos impactos da proibição das doações empresariais nas eleições de 2016. Adicionalmente, investigaram-se os fatores que possam contribuir para explicar a arrecadação de recursos, o desempenho e o sucesso eleitoral das mulheres.

Confirmou-se a hipótese de que as receitas de campanha foram determinantes para o desempenho e o sucesso eleitoral. Nos ciclos investigados os candidatos que possuem maiores receitas apresentaram até 200 vezes mais chances de sucesso que os concorrentes que apresentaram menos receitas.

A proibição do financiamento empresarial não tornou a disputa menos

**Adriana Aurea Mota Bueno, Ivan Jairo Junckes,
Rodrigo Rossi Horochovski, Augusto Júnior Clemente**

desigual e tampouco mais democrática. Em 2016 o dinheiro foi ainda mais influente que nos pleitos anteriores, mesmo sob a égide da proibição do financiamento empresarial. A despeito de ter sido uma campanha 'mais barata', os dados confirmam o que havia sido apontado por Deschamps (2019): que aqueles que dispunham de mais dinheiro para operacionalizar as suas campanhas em 2016, obtiveram mais votos.

Embora se tenha tido uma maior participação de registros de mulheres nas eleições de 2016, em média o dobro de candidaturas de 2008, isso não foi suficiente para que a participação das mulheres fosse maior que nas duas legislaturas anteriores nas câmaras de vereadores nos municípios com mais de 50.000 eleitores. Quais fatores contribuem para explicar a sub-representação das mulheres na política eleitoral nos municípios pesquisados? Os testes revelaram que:

- a porta de entrada para as eleições é mais estreita para as mulheres: de cada quinze homens, um torna-se inapto para as urnas. Entre as mulheres, uma em cada dez delas renuncia ou tem a candidatura inviabilizada por falhas documentais. São as menos escolarizadas, que ocupam níveis de ocupação mais baixos, com recursos escassos e que não possuem carreira política.
- os coeficientes de correlação entre receita declarada e votação recebida (desempenho eleitoral) são igualmente fortes para candidaturas de homens e mulheres, todavia a média de receita das mulheres em todos os anos é quase metade da dos homens.
- com mais receita e mais votos, os homens obtiveram um sucesso eleitoral oito vezes superior ao das mulheres em todos os pleitos pesquisados.
- embora o sucesso eleitoral das mulheres seja reduzido, ele ocorre na mesma proporção que elas dispõem de receitas, ou seja, com maiores receitas, as chances do sucesso eleitoral sobem.
- as mulheres ocuparam os quartis mais baixos de receitas em todos os ciclos eleitorais, quanto maior o quartil de receita, mais encontram-se homens, além de que, nos quartis mais altos de receitas, encontra-se uma maior quantidade de candidatos casados, com ensino superior, carreira política e incumbentes, com idade entre 40 e 49 anos.
- a receita e quantidade de votos estão associadas principalmente com a incumbência e com a carreira política. Com ou sem proibição do financiamento empresarial, candidatos que apresentam essas características tendem a possuir maiores receitas e, respectivamente, até 2.228 e 2.560 votos a mais que o perfil da absoluta maioria das candidatas mulheres: não incumbentes ou sem carreira política.
- os fatores ocupação e grau de instrução pesam mais para a eleição das mulheres, ou seja mulheres com menor escolarização e menor especialização ocupacional têm muito mais dificuldade para eleições que os homens com o mesmo perfil.
- entre as eleitas estão as mulheres mais escolarizadas (nível superior), ocupando cargos de níveis superiores, com carreiras políticas e incumbentes, com idade entre 40 e 49 anos.

- comparativamente, o fato de ser mulher diminuiu as chances de sucesso eleitoral entre 40 e 50%.

Considerando os principais resultados da pesquisa, quais políticas públicas poderiam ser sugeridas para o enfrentamento da marginalização das mulheres na política? Quais políticas impulsionariam uma maior representatividade das mulheres e um aprimoramento da democracia no Brasil?

Além das propostas de políticas de discussão da equidade de gênero desde os bebês até os idosos, aprimoramento do cumprimento da Lei de cotas, ampliação da qualificação das mulheres para o mercado de trabalho, apoio às mulheres para que permaneçam na vida política quando da maternidade, formação político-eleitoral para as mulheres, aprimoramento das regras de inclusão política e de sensibilização de dirigentes partidários, dentre outras, apresenta-se abaixo uma proposta que responde ao núcleo dos resultados obtidos nesta pesquisa.

Considerando que os fatores de maior influência sobre as receitas, sobre a votação e sobre o sucesso eleitoral são a carreira política e a condição de incumbente, o que fazer para que as mulheres desafiadas se apresentem ao eleitor com esses atributos? Dentre outras respostas possíveis, ampliar o número de mulheres incumbentes parece ser uma política pública elementarmente pragmática para que elas tenham uma carreira. O aparato normativo para que isso ocorra é vasto: pode-se aprimorar a Lei de Cotas em diversos aspectos, adotando-se, por exemplo, dentro do atual sistema, uma lista alternada para ocupação de um terço das cadeiras das Câmaras municipais. A cada dois homens eleitos, a terceira cadeira seria ocupada por uma mulher. Garantindo-se aos homens o mesmo percentual caso as mulheres venham a deter mais de dois terços das vagas. Guardadas as devidas proporções aos distintos sistemas eleitorais, algo semelhante foi implantado na Argentina nas eleições de 1993, ano em que a participação das mulheres na Câmara de Deputados passou de 5% para 26%, tendo atingido 39% em 2019.

Poder-se-ia questionar: a garantia de vagas para as mulheres assegura o imediato aprimoramento da democracia? Provavelmente não, pois a qualidade dos regimes democráticos deve ser avaliada a partir de uma variável contínua, na qual a redução das desigualdades categóricas - como a de gênero - ao longo do tempo é apenas uma das dimensões. Porém, conforme Dahl (2001), pode-se ter a certeza que a continuidade da precária representação de grupos historicamente excluídos afeta de forma severa a democracia.

Por fim, esta pesquisa comprovou empiricamente algumas das principais premissas normativas da teoria política feminista, quais sejam, de que a categoria espaço privado afeta profundamente a paridade de gênero no espaço público, bem como, a continuidade e prevalência do machismo estrutural (o patriarcalismo) na contemporaneidade (PATEMAN, 1996; PHILLIPS, 2011; SCOTT, 2005).

Referências

ARAÚJO, Paulo Magalhães. Recrutamento Parlamentar para o Senado e o

**Adriana Aurea Mota Bueno, Ivan Jairo Junckes,
Rodrigo Rossi Horochovski, Augusto Júnior Clemente**

**Gênero e Política: A (Sub)Representação das Mulheres nas Eleições de 2008,
2012 e 2016 nos Municípios de Médio e Grande Porte no Brasil**

Perfil dos Senadores Brasileiros, 1989-2006. **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 2, p. 1 - 31, 2011.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia partidária? Paraná Eleitoral: **Revista de Direito Eleitoral e Ciência Política**, v. 1, n. 2, p. 113-129, 2012.

BOLOGNESI, Bruno; PERISSINOTTO, Renato Monseff; CODATO, Adriano. Reclutamiento político en Brasil: mujeres, negros Y partidos en las elecciones federales de 2014. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas Y Sociales**, v. 61, n. 226, p. 183 – 212, 2016.

CERVI, Emerson Urizzi. Instituições democráticas e financiamento de campanhas no Brasil: análises das contribuições de pessoas físicas, jurídicas e partidos políticos às eleições de 2008 e o financiamento público exclusivo de campanha. In: **33º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais**. Caxambu, MG. Anais. 2009. p. 1 – 30.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha. Como o Candidato alcança seu eleitor? mensurando estratégias eleitorais por meio dos gastos de Campanha nas eleições 2012. **Revista Teoria & Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 159 - 192, 2015.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha; CODATO, Adriano. Profissão, sexo e dinheiro: mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira. **Colômbia Internacional**, n. 95, p. 79 - 107, 2018.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. **Pesquisa de métodos mistos**. Porto Alegre: Penso, 2007.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Tradução de Beatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DESCHAMPS, Jacques Paul. **Desenvolvimento e democracia: uma análise do dinheiro e do sucesso eleitoral nas eleições municipais no Brasil (2008, 2012 e 2016)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, UFPR, Matinhos, Paraná.

DUFLOTH, Simoni C.; HORTA, Cláudia J.; SILVA, Max M.; COSTA Marcelo L.; ROCHA, Michelle de S. Atributos e chances de sucesso eleitoral de prefeitos no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 1, p. 214 - 234, 2018.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson B.; PARANHOS, Ranulfo; SILVA, José A.; ROCHA, Enivaldo C.; SILVA, D. Onde o dinheiro tem mais vez: gastos e

**Adriana Aurea Mota Bueno, Ivan Jairo Junckes,
Rodrigo Rossi Horochovski, Augusto Júnior Clemente**



votos nas eleições municipais 2012. **Latin American Studies Program**, v. 15, n. 1, p. 8 - 31, 2014.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; JUNCKES, Ivan J.; SILVA, Edson A.; SILVA, Joseli M.; CAMARGO, Neilor F. Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil. **Revista Opinião Pública**, v. 22, n. 1, p. 28, 2016.

JUNCKES, Ivan J.; HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; CAMARGO, Neilor F.; SILVA, Joseli M.; SILVA, Edson A.; ALMEIDA, Leandro B. Posicionamento das Mulheres na Rede de Financiamento Eleitoral e seu Desempenho nas Eleições de 2010 no Brasil: a dinâmica estrutural da exclusão e marginalização feminina no poder político. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 6, n. 1, p. 25 - 47, 2015.

JUNCKES, Ivan J.; HOROCHOVSKI, Rodrigo R.; CAMARGO, Neilor F.; SILVA, Edson A.; CHIMIN JUNIOR, Alides. B. Poder e democracia: Uma análise da rede de financiamento eleitoral em 2014 no Brasil. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 100, p. 1 - 22, 2019.

MANCUSO, Wagner Pralon. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia Política**, v. 23, n. 54, p. 155 - 183, 2015.

MANCUSO, Wagner Pralon; HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi; CAMARGO, Neilor Fermino. Financiamento eleitoral empresarial direto e indireto nas eleições nacionais de 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 27, p. 9 - 36, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Políticas de gênero e carreiras políticas. Vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653 - 679, 2010.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. Regional differences and women's relative success at municipal elections in Brazil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 363 - 385, 2006.

MILL, Stuart. **A sujeição das mulheres (1869)**. Tradução Debóra Ginza. São Paulo: Editora Escala, 2006.

MORAES, Maria Lygia Q. Prefácio da obra reivindicação dos direitos das mulheres. In: WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos das mulheres**. Tradução e notas de Andreia Reis do Carmo. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas a la dicotomia público/privado. In: CASTELLS, Carme (Comp.). **Perspectivas Feministas en Teoría Política**. Barcelona: Paidós, 1996, p. 2 – 23.

**Adriana Aurea Mota Bueno, Ivan Jairo Junckes,
Rodrigo Rossi Horochovski, Augusto Júnior Clemente**

PEIXOTO, Vitor; SILVA, Gabriel Tisse da. Representação política de mulheres nas eleições municipais de 2016. In: VEIGA, Luciana Fernandes; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; GIMENES, Éder Rodrigo (Orgs). **Comportamento Político e Opinião Pública: estudos sobre Brasil e América Latina**. Curitiba: CPOP, 2018, p. 77 – 90.

PHILLIPS, Anne. O que há de errado com a democracia liberal?. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 339 - 363, 2011.

SACCHET, Teresa. Why gender quotas don't work in Brazil? The role of the electoral system and political finance. **Colombia Internacional**, n. 95, p. 25 - 54, 2018.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. Financiamento eleitoral e representação política: o peso do dinheiro e o desequilíbrio de gênero nas esferas legislativas. In: **34º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais**. Caxambu, MG. Anais. 2010. p. 1-29.

SAMPAIO, Daniel.; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. Como o dinheiro influencia as eleições municipais no Brasil: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 88, p. 1 - 25, 2019.

SCOTT, Joan Wallach. **O enigma da igualdade**. Revista Estudos Feministas, v. 13, n. 1, p. 11 - 30, 2005.

SILVA, Bruno Fernando da. O que (não) mudará com a proibição do financiamento empresarial às campanhas eleitorais no Brasil. **Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil**, v. 3, n. 12, p. 1 - 16, 2016.

SILVA, Bruno Fernando da; CERVI, Emerson Urizzi. Padrões de financiamento eleitoral no Brasil: as receitas de postulantes à Câmara dos Deputados em 2010 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 23, p. 75 - 110, 2017.

SILVA, Edson Armando *et al.* Mulheres nas Eleições de 2014 no Brasil: Evidências de Exclusão e Marginalização Política. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 1, p. 251 - 272, 2017.

SPECK, Bruno Wilhelm. Game over: duas décadas de financiamento de campanhas com doações de empresas no Brasil. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 3, n. 4, p. 125 - 135, 2016.

SPECK, Bruno Wilhelm; MANCUSO, Wagner Pralon. O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos Adenauer**, v. 14, n. 2, p. 109 - 126, 2013.

**Adriana Aurea Mota Bueno, Ivan Jairo Junckes,
Rodrigo Rossi Horochovski, Augusto Júnior Clemente**



**Gênero e Política: A (Sub)Representação das Mulheres nas Eleições de 2008,
2012 e 2016 nos Municípios de Médio e Grande Porte no Brasil**

SPECK, Bruno Wilhelm; URIZZI CERVI, Emerson. Dinheiro, tempo e memória eleitoral: os mecanismos que levam ao voto nas eleições para prefeito em 2012. **Dados-Revista de Ciências Sociais**, v. 59, n. 1, p. 53 - 90, 2016.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Recebido em 17 de março de 2020.

Aceito em 29 de maio de 2020.

**Adriana Aurea Mota Bueno, Ivan Jairo Junckes,
Rodrigo Rossi Horochovski, Augusto Júnior Clemente**

59